

Banir a Bíblia? – Fundamentalismo Proibicionista vs. Bom senso e Civilização

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo: Até quando abusarão da paciência das pessoas pacatas, dos cidadãos moderados, diligentes e operosos, agitando a nossa Civilização democrática e pluralista? Até quando se divertirão com causas não apenas absurdas mas que ferem direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagradas? Até quando colocarão em causa as fontes da nossa Civilização, e a placidez do nosso quotidiano, no seu delírio de construir uma distopia pretensamente pura? Recentemente, chegam notícias de que nem a Bíblia resiste à sanha proibicionista e de cancelamento.

Palavras Chave: Cultura do Cancelamento. Proibicionismo. Politicamente correto. Banimento da Bíblia.

Abstract: Until when will they abuse the patience of peaceful people, moderate, diligent and hard-working citizens, disturbing our democratic and pluralist Civilization? How long will they have fun with causes that are not only absurd but that harm constitutionally enshrined rights, freedoms and guarantees? Until when will they question the sources of our Civilization, and the placidity of our daily lives, in their delirium of building an allegedly pure dystopia? Recently, news arrive that not even the Bible resists the prohibitionist and cancellation rage.

Keywords: Culture of Cancellation. Prohibitionism. Politically correct. Bible banishment.

1. *Enquadramento jurídico*

Este artigo (para já nem invocar a Justiça ou o Direito Natural) acolhe-se ao Direito Constitucional Internacional, plasmado nas Constituições das nações civilizadas do mundo inteiro e nos textos constitucionais internacionais, a começar pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (máx. Artigo 19.º). Além, evidentemente, e desde logo, da liberdade de expressão do artigo 37.º, máx. n.ºs 1 e 2 da Constituição da República Portuguesa, e da Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 5.º, máx. incisos IV, VIII e IX.

Não é tanto um texto sobre religião ou política. É mais sobre cultura e civilização e em sua defesa. Não se trata, aliás, apenas de exercer o direito e a liberdade de expressão do pensamento, e sobretudo o dever e a obrigação de defender a Lei e o Direito (e desde logo a Constituição), que são incumbência de todos os cidadãos.

2. *Novidades de um Outro Mundo*

Já há bastantes anos que dois advogados alemães tinham verberado a Bíblia por alegadamente conter muita violência. Seria, assim, «perigosa para crianças»², e pediram que o Ministério da Família a incluísse num índice de livros desse jaez, defesos aos mais novos.

¹ Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Portugal. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (em licença para o exercício daquele cargo).

² Advogados alemães propõem que a Bíblia seja classificada de "perigosa para crianças", in «Folha de São Paulo», 01/08/2000 - 17h12, *online*: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u5290.shtml> (último acesso: 3 de junho de 2023).

A *cultura do cancelamento* – melhor se diria *anticultura do cancelamento* – domina a agenda e impõe-se na ribalta mediática mundial. Em breve dominará fortemente também entre nós, por este caminho. É sempre autoritária, totalitária mesmo, mas em vão (ao contrário do ingénuo ou ideologicamente alguns afirmam) a associaremos a estes ou aqueles dos grupos clássicos, e mesmo dos modernos: revela-se proteiforme, e surge em múltiplos ambientes e sob a bandeira de várias ideologias, religiões ou laicidades/ laicismos. É uma hidra de mil cabeças. E o grande problema é que os mais jovens não tiveram formação suficiente para a desconstruírem e assim lhe resistirem. Estão indefesos, pela falta de cultura.

Um dos seus feitos mais recentes, e cremos que cheio de simbolismo, foi ter conseguido a proeza do banimento da Bíblia, no seguimento da queixa de um progenitor de um aluno que a equiparou à «pornografia», nos termos de uma recente lei (2022) de Salt Lake City. Parece que não logrou completamente essa qualificação, mas de todo o modo foi banida de escolas do estado de Utah, nos EUA, por "vulgaridade ou violência inadequada para estudantes mais jovens"³.

A questão, se lermos a imprensa anglo-saxónica, não é nova. Problemas semelhantes com a Bíblia já se terão colocado, pelo menos, no Texas, na Florida e no Missouri.

3. *Simbolismo de banir a Bíblia*

Há algo de irónico em banir um livro que o continente americano tradicionalmente venera com fervor como nenhum outro. Por vezes até com um literalismo positivista e dogmático que conduz muitos ao fundamentalismo e criando uma mentalidade de apoio cego a soluções políticas extremistas e teocráticas.

Se o reformador Lutero proclamou a liberdade interpretativa condensada na frase «o Homem e a sua Bíblia», temos agora o Homem só, mas acompanhado pela sua profunda ignorância – e incompreensão. Como a vontade de tudo controlar, e desde logo as crianças, como o dogmatismo e a incapacidade de conviver com a diferença são capazes de atitudes tão diferentes como usar a Bíblia como um «livrinho vermelho» de soluções para tudo, ou como uma obra que queima nas mãos, por afinal conter a realidade do mundo, e não uma versão dulcificada, *délico-doce* da vida das pessoas, depurada de coisas violentas, desagradáveis, ou chocantes. Vão o puritanismo e o dogmatismo ao ponto de proibir a própria Bíblia.

Se no séc. XVII havia ainda muitas Bíblias nas casas de família em França, hoje, à parte alguns exemplares mais ou menos decorativas em lares de classe média-alta, ou em famílias religiosas (sobretudo protestantes) cremos empiricamente que não será obra muito lida entre nós. Aliás, lê-se pouco, e nem sempre o que é clássico e de qualidade.

Os nossos presentes leitores não precisam que se lhes lembre a importância dessa obra, livro feito de livros, com variantes de cânone, como é sabido. Mas duas linhas se dirão, mais para a ata que outra coisa.

É que a Bíblia não é apenas livro sagrado das religiões ditas «do Livro» (judaísmo, cristianismo, católico – ortodoxo e romano –, e protestante, nas denominações clássicas e nas suas derivações sectárias, e religião muçulmana), como

³ *Utah remove Bíblia das escolas por conter "vulgaridade e violência"* in Sapo24, online: <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/utah-remove-biblia-das-escolas-por-conter-vulgaridade-e-violencia> (última visita em 3 de junho de 2023).

constitui um clássico da Cultura mundial, relevantíssimo até pelo cruzamento e confluência de civilizações.

4. *Vigiar e Proibir*

Talvez se possa duvidar se a Bíblia (como, aliás, outros livros sagrados) deva ser estudada em escolas públicas, sobretudo se o Estado for laico (e mesmo assim, e até no plano laicista, é discutível: pelo seu valor cultural, literário e histórico – tudo dependendo da intencionalidade, estilo e enquadramento do seu ensino), mas não se pode é ter uma atitude paternalista e retrógrada de a proibir, estigmatizando-a por supostamente ter maus exemplos, ou não ser edificante.

É de uma enorme gravidade este policiamento da Cultura, que qualquer dia só permitirá que se leiam obras piedosas do mais medíocre que se possa conceber. Aliás, a depuração do «mal» faz perigar a própria ação ficcional. Dostoievski dizia que a obra de arte tinha de ter alguma colaboração do demónio – tinha razão.

Este tipo de vigilância significa sempre tratar as pessoas todas (e não apenas, como por vezes se alega, as crianças) numa senda de infantilização proibicionista. É uma negação do pensamento e da liberdade. Querem pensar por nós, impedem-nos de agir conforme o nosso livre-arbítrio e de desenvolver a nossa personalidade. Não optando por imoralidade ou crimes, mas apenas fazendo escolhas lícitas, que em nada atentam contra o que se pode chamar a Constituição universal – essa que tem lugar em múltiplos tratados e declarações universais, e positivamente nas Constituições de inúmeros países *civilizados*, ou seja, como diria Yadh Ben Achour, *democráticos*⁴. O sentido a dar hoje a «país civilizado» é hoje o de «país democrático», o que não implica apenas eleições livres, mas liberdades reais, desde logo de pensamento e crença, e sua expressão.

5. *Unidade da Causa da Liberdade de Pensamento*

Esta questão prova que a questão da liberdade de pensamento, levada às suas conquências mais profundas (na liberdade religiosa e filosófica), é unitária. E até um livre pensador, um ateu ou agnóstico que prezem a dignidade humana, os direitos e as liberdades fundamentais (os Direitos Humanos), e a Civilização, com todo o seu património hermenêutico (que tem subtilezas) terão certamente que fazer sua a causa do direito a existir e a divulgar a sua mensagem por parte de crenças transcendentais como são as religiosas.

Obviamente, não como capa para sectarismos políticos, negócios, tráfico e consumo de substâncias ilícitas, atentados à dignidade das pessoas e à sua liberdade e autodeterminação, etc. Ou seja, entendendo as religiões e afins como formas de expressão de fé pura, da sensibilidade e até de uma atitude que se diria próxima da estética (e naturalmente da ética). Não como microclimas aptos ao florescimento de

⁴ BEN ACHOUR, Yadh — *Au service du droit démocratique et du droit constitutionnel international. Une Cour constitutionnelle internationale*, “Revue du Droit Public et de la Science Politique en France et à l'étranger”, Paris, LGDJ, n.º 2, 2014, pp. 419-443 (E hoje em BEN ACHOUR, Yadh / FERREIRA DA CUNHA, Paulo — *Pour une Cour Constitutionnelle Internationale*, Oeiras, A Causa das Regras, 2017, máx. p. 14 ss.), Idem — *La Cour européenne des droits de l'Homme et la liberté de religion*, Paris, Université Paris-Assas (Paris II), Institut des Hautes Etudes Internationales de Paris, Editions A. Pedone, 2005.

poderes paralelos, negócios obscuros e atropelos velados – como é evidente. Mas estas últimas questões não são específicas do fenômenos religioso: podem surgir em todos os meios e organizações, cumprindo ao Estado, pelos seus aparelhos próprios, cumprir a sua missão de defesa da sociedade e dos cidadãos.

Do mesmo modo que os crentes de várias religiões, sem perderem a sua fé e a sua individualidade, deverão ser solidários com a liberdade de pensamento das ideologias dentro do espectro democrático (*grosso modo*, indo do tradicionalismo ao esquerdismo), e as filosofias, espiritualidades e práticas não propriamente religiosas que se integrem dentro do espírito plural da nossa Civilização democrática e ocidental⁵.

O ataque a um dos pilares da nossa vida coletiva de pluralismo de pensamento e de crença é um ataque ao todo de uma mundividência de convivência, e diálogo. Uma proibição da Bíblia deve incomodar e indignar mesmo quem nela não se reveja religiosamente, assim como, por exemplo, a proibição ou a prisão de Voltaire⁶ (De Gaulle sabia-o inteligentemente, até quando, no Maio de 68, quiseram prender Sartre), ou a perseguição de Salman Rushdie, devem perturbar e causar escândalo entre as pessoas com fé religiosa. A liberdade é, antes de mais, a liberdade «do outro».

O episódio recente que começámos por referir é um tocar a rebate de incitamento a dar testemunho, sereno, não proselítico, pluralista, a favor do direito a crer, a descreer ou mesmo a não ser sensível ao fenómeno religioso, o que também se aplica a outros horizontes da crença e da adesão pessoal, ideológicos e filosóficos.

Mas se os fenómenos ideológicos têm sido protegidos pelos direitos constitucionais da liberdade de expressão, reunião, manifestação e de criação de associações e partidos, o que fica para lá desse *engagement* partidário e afim acaba por se acolher a uma vasta liberdade de pensamento, ou então à liberdade religiosa.

Todas são, como dissemos, património comum do nosso viver em Liberdade. Todos estes vetores da nossa Cultura e Civilização, de uma forma ou de outra, são concorrentes antigos e muito sérios de uma nova «verdade» plastificada, que tira conclusões maximalistas de postulados aparentemente racionais, democráticos, sanitários, progressistas, igualitaristas, etc., mas que os deforma em dogmas não de liberdade nem de pensamento, mas nos encaminha para uma triste, uniformizada e sufocante servidão.

6. Sobre as Crenças, hoje

Nas matérias de crença e descrença poderiam nos nossos dias desenvolver-se vários rumos, desenvolver várias linhas de investigação.

Acredita-se hoje, como outrora nas fés religiosas, em múltiplas e heteróclitas coisas. As *fake news* e o *imperium* das redes sociais, assim como uma degradação geral dos critérios deontológicos de muita comunicação social⁷, de par com o exílio do

⁵ Esta perspectiva de «ocidental» foi de forma muito interessante (e atual) desenvolvida já por GICQUEL, Jean – *Droit constitutionnel et institutions politiques* (seguindo a conceção de André Hauriou e com a participação do decano Patrice Gélard), 9.^a ed., Paris, Montchrestien, 1987, p. 22 ss..

⁶ A propósito, recorde-se BRITO, Ferreira de — *Voltaireofobia e Voltaireofilia na cultura portuguesa dos secs. XVIII e XIX; Os tempos e os modos*, in “Intercâmbio”, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, Porto, n.º 1, pp. 9-40.

⁷ Cf., v.g., PACHECO PEREIRA, José – *Intoxicação da Opinião Pública*, in “Público”, 20 de maio de 2023, p. 11, refere-se a “(...) jornalistas e comentadores, os que tornaram o veneno das mentiras num aerossol feito deliberadamente para intoxicar a opinião pública e potenciar os seus efeitos políticos” e

pensamento crítico na escola e a demissão educativa familiar, permitem que se acreditem em coisas espantosas, desde que a terra seria plana a que o holocausto nazi nunca teria existido. Se, por um lado, há quem queira demolir todas as clássicas «verdades», nomeadamente as éticas que têm segurado (tant bien que mal) a existência coletiva desde há séculos, por outro há quem se instale numa lógica absurda, indiferente à mentira e à contradição, que pode ser batizada de «pós-verdade». O novo oráculo, o chatGPT, certamente em breve será o autor de grande parte das teses e trabalhos escolares, acrescentando trágica decadência à aprendizagem coletiva do saber e do pensamento crítico. Além de que, como num sonho, já efabula factos objetivamente inexistentes (embora eventualmente plausíveis) sobre algumas questões e personalidades.

Além de que o mundo paralelo da *Internet*, que povoa o imaginário de milhões e milhões de pessoas trasbordar de teorias da conspiração, curiosamente (mas obviamente) como os suspeitos do costume, os bodes expiatórios de sempre. E não apenas se trata de muitas pessoas o acreditarem, como de o repetirem e de terem um apego fervoroso por essas crenças.

Para lá das convicções religiosas (e sectárias – estas normalmente muito mais apegadas às suas «verdades» particulares, ao ponto de se tornarem, por vezes, fanáticas), há as ideológicas (velhas e novas, como a religião «woke»), as filosóficas, as estéticas, as de sensibilidade e gosto (e moda), as que decorrem de enquadramentos sociais e grupais, etc., etc. Em grande medida, o que é pertinente às religiões, fideísmos, indiferentismos e ateísmos clássicos terá, *mutatis mutandis*, muito a ver com o que ocorre noutros domínios da crença. Há uma notável unidade das coisas do espírito, semelhanças, analogias, um «ar de família»...

O que será certamente mais de notar é, porém, que enquanto a crença do cientista na sua ciência tem de ser uma forma sempre crítica de adesão a dados, que, dentro do próprio sistema científico, podem mudar, sem desdoiro, já, pelo contrário, a crença do fanático, sectário de uma denominação x ou y ou de uma teoria anticientífica z, é imune a qualquer prova em contrário, e pode até resvalar para manifestações violentas, ou adesão a formas políticas populistas e demagógicas, mais ou menos teocráticas, num conúbio alarmante que é um barril de pólvora para as democracias. Algumas já provaram ou provam ainda de um aperitivo desses totalitarismos novos que se anunciam.

Mas também, evidentemente, não se poderá esquecer que o banimento das crenças, ou dos seus símbolos e livros, ou apenas os de um certo sinal ou sentido, transformaria a sociedade numa prisão, num outro tipo de cárcere.

Sempre haverá que distinguir a crença que merece respeito do erro do crente ou que como tal se diga – seja erro científico, seja falta ética, seja mesmo crime. Não pode o justo pagar nunca pelo pecador, nem se culpar uma instituição (que não seja uma associação criminosa, claro) pelas faltas de alguns poucos dos seus membros.

7.Importância do direito à (Des)Crença

Muitos, como a rã que julgava estar na piscina aquecida quando já se encontrava na panela, embora em lume brando, vão-se acomodando com o subir da

deplora “(...) uma fúria incontrolada que, insisto, nada tem a ver com jornalismo. Quando um diz mata, o outro diz esfolia e, por fim, outro diz esquarteje-se”. Concluindo o seu artigo muito significativamente: “Depois queixem-se, mas já será tarde”.

temperatura, desde que gradual. Muitos alimentam os crocodilos na esperança de que sejam os últimos a ser devorados. Mas se a moderação é um valor a cultivar neste mundo de excessos e extremos, ela não se pode confundir com laxismo, conformismo e indiferença. Não é uma querela religiosa, nem sequer política: é uma questão verdadeiramente cultural e civilizacional. Os livros dos 5 e dos 7, Agatha Christie, os filmes em que se fuma ou que não, por isto ou por aquilo (e a imaginação é fértil) se conformam com os novos cânones, Lucky Luke que passou a mascar um raminho, e agora a Bíblia. *Big Brother is watching you*. E não apenas olha, mas determina o que vemos, ouvimos e lemos. E fazemos.

Perante este contexto, proclamar a liberdade de crer num transcendente ou sobrenatural, ou de não crer, ou de não pensar nisso, ganha uma importância maior ainda. Uma pseudo inteligência (talvez já mais artificial *hoc sensu* que humana – disso não disputamos agora) pode vir a considerar irracional (ou, seja como for, politicamente incorreta) quer a crença, quer a descrença, e obrigar as pessoas a tomar posição e a seguir a moda (quicá feita lei) desse nova ordem.

Esperemos que o conformismo das massas e a convivência de elites (na verdade, neste caso, apenas oligarquias) relativamente às coisas que mais interessam (agitadas que andam com *faits divers* e interesses imediatos) não nos faça chegar a esse *Brave new World*.

Compreende-se agora melhor por que já tantos não querem que as crianças e os jovens estudem História: na verdade, ela tem muitas coisas violentas e não edificantes moralmente. Mantenham-se, pois, as crianças e os cidadãos num eterno presente – inocência semelhante à do original jardim do Éden. Mas lá voltamos nós à Bíblia...

Recebido para publicação em 29-05-23; aceito em 06-06-23